

07/12/2018

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO HABEAS CORPUS 140.311 GOIÁS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: JOSE CARLOS MOREIRA DA CUNHA</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: WENDER CAMBRAIA DE SOUZA</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: VANDO CELIO PEREIRA DOS SANTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: EMERSON THADEU VITA FERREIRA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: ERLY DE REZENDE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CAROLINA SANTOS MATOS</b>

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. CAUSA SUPERVENIENTE DE PREJUDICIALIDADE DA IMPETRAÇÃO. MORTE DO PACIENTE ORIGINÁRIO. DESAPARECIMENTO DOS MOTIVOS JUSTIFICADORES DO DEFERIMENTO DA LIMINAR E DOS PEDIDOS DE EXTENSÃO. SUPOSTA RESTRIÇÃO AO DIREITO DE LIBERDADE DOS CORRÉUS DEVERÁ SER ATACADA MEDIANTE FORMULAÇÃO PRÓPRIA PERANTE O JUÍZO COMPETENTE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I – É orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal a de que “a superveniente modificação do quadro processual, resultante de inovação do estado de fato ou de direito ocorrida posteriormente à impetração do ‘habeas corpus’, faz instaurar situação configuradora de prejudicialidade (RTJ 141/502), justificando-se, em consequência, a extinção anômala do processo” (HC 83.799-AgR/CE, Rel. Min. Celso de Mello).

II – Com o falecimento do paciente originário, cessou o motivo que ensejou o deferimento de liminar e, por consequência, nada justifica que os questionamentos suscitados pelos corréus, de forma incidental, por meio de pedido de extensão, sejam analisados *per saltum* por este Supremo Tribunal, os quais poderão atacar eventual restrição indevida ao direito de locomoção mediante formulação própria perante o juízo competente, nos exatos limites de competência previstos em nossa

**HC 140311 AGR / GO**

Constituição Federal.

III – Agravo regimental a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual da Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamentos, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 7 de dezembro de 2018.

**RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR**

07/12/2018

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO HABEAS CORPUS 140.311 GOIÁS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: JOSE CARLOS MOREIRA DA CUNHA</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: WENDER CAMBRAIA DE SOUZA</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: VANDO CELIO PEREIRA DOS SANTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: EMERSON THADEU VITA FERREIRA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: ERLY DE REZENDE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CAROLINA SANTOS MATOS</b>

**RELATÓRIO**

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática que julgou prejudicado o presente *habeas corpus*, pelos seguintes fundamentos.

“Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar inicialmente impetrado em favor de Marcelo Gomes de Oliveira contra acórdão proferido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao RHC 75.627/GO, de relatoria do Ministro Joel Ilan Paciornik.

O impetrante narra que

‘[o] paciente foi denunciado pelo Ministério Público do Estado de Goiás pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 33, *caput*, c/c artigo 40, inciso V, e artigo 35, *caput*, todos da Lei nº 11.343/2006.

Após ampla investigação policial, iniciada a partir da prisão de outros investigados no Estado de Goiás, o juízo da Comarca de Itaberaí/GO deferiu diversas medidas cautelares, dentre as quais a interceptação telefônica, que culminou com a prisão em flagrante do ora paciente.

Conforme restou apurado nas investigações, as drogas apreendidas eram originárias de carregamento oriundo do Estado do Mato Grosso, sendo posteriormente

**HC 140311 AGR / GO**

distribuídas para o Estado de Goiás e Distrito Federal.

Tendo em vista que as investigações foram possíveis a partir de medidas cautelares deferidas pelo Juízo da Comarca de Itaberaí/GO, o qual se tornou prevento, foram os autos distribuídos àquele juízo.

Posteriormente, o juízo da Comarca de Itaberaí reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Estadual e determinou a remessa dos autos da ação penal originária à Justiça Federal.

Após o transcurso processual perante o juízo federal, foi prolatada sentença condenatória em desfavor do paciente, sendo o mesmo condenado a uma pena de 42 (quarenta e dois) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado e sem o direito de recorrer em liberdade' (págs. 4-5 da petição inicial).

Alega, contudo, que tal condenação foi proferida por juízo incompetente, pois o Magistrado sentenciante teria 'afastado a incidência da causa de aumento relativa à internacionalidade do delito' (pág. 6 da petição inicial).

Sustenta, nessa linha, que 'tal fato, por si só, já denota a ausência de elementos concretos acerca da proveniência estrangeira dos entorpecentes, não havendo que se falar em revolvimento do acervo fático probatório, bastando a leitura da sentença para a simples constatação' (pág. 6 da petição inicial).

Aduz, por conseguinte, que 'as meras suspeitas existentes em relação à origem internacional da droga não possuíram sustentáculo para atrair a incidência da causa de aumento relativa à internacionalidade do delito quando do édito condenatório, o que demonstra a ausência de indícios concretos também para fixar a competência da Justiça Federal' (pág. 7 da petição inicial).

Argumenta, além disso, que, 'muito embora a droga apreendida tenha atravessado mais de um Estado da Federação, não restou caracterizado o caráter transnacional do delito, evidenciando, assim, a competência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito' (pág. 8 da petição inicial).

**HC 140311 AGR / GO**

Entende, dessa forma, que, 'diante da inexistência de comprovação da internacionalidade da conduta', [...] o processo foi conduzido por autoridade incompetente, devendo os atos até então realizados serem anulados e os autos remetidos à Justiça Estadual que é a competente para o processamento do feito' (pág. 10 da petição inicial).

Requer, ao final, que o presente *writ* seja 'conhecido e provido no sentido de declarar a incompetência da Justiça Federal para processamento do feito, anulando-se os atos decisórios desde o recebimento da denúncia e determinando a remessa dos autos à Justiça Estadual' (pág. 16 da petição inicial).

Por meio da Petição 3.707/2017-STF, o impetrante traz emenda à inicial, na qual formula pedido de liminar, 'a fim de que se determine o sobrestamento do trâmite da Apelação Criminal nº 0004250-62.2015.4.01.3500, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da Ação Penal nº 31718-98.2015.4.01.3500, e da Ação Penal nº 0000662-47.2015.4.01.3500, em trâmite na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, bem como a suspensão dos mandados de prisão expedidos em desfavor do Paciente, até o julgamento final do *writ*' (documento eletrônico 11).

Na primeira análise que fiz dos autos, deferi a liminar para suspender o curso da ação penal a que responde o paciente e solicitei informações ao Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1 e ao Superior Tribunal de Justiça – STJ. Determinei, ainda, que fosse ouvido o então Procurador-Geral da República (documento eletrônico 13).

Alegando omissões, o impetrante opôs embargos de declaração, a fim de que constasse dessa decisão os números dos processos indicados na petição inicial, bem como para que suspendesse os efeitos de eventuais mandados de prisão expedidos em desfavor do paciente, até julgamento deste *habeas corpus* (documento eletrônico 14). Acolhi os embargos, nos limites em que formulados (documento eletrônico 22).

**HC 140311 AGR / GO**

O Juízo de primeiro grau prestou esclarecimentos por meio do Ofício 03-2017-GAJUS (documento eletrônico 27), com juntada de peças processuais (documentos eletrônicos 28-29).

O TRF1, por sua vez, encaminhou as informações pertinentes à Apelação 0004250-62.2015.4.01.3500 (documento eletrônico 30).

O Superior Tribunal de Justiça, por seu turno, remeteu cópia do acórdão ora questionado (documento eletrônico 95).

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, requereu que fosse 'autorizado o prosseguimento da alienação com data já designada e que o MM. Juiz Federal da 11ª Vara Federal de Goiás seja designado para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes em relação à ação penal suspensa' (documento eletrônico 31).

Mediante a Petição 9.403/2017-STF, o impetrante solicitou a restituição de bens apreendidos, pelas razões que expôs (documento eletrônico 32).

Em 4/4/2017, acolhi o pedido de extensão formulado por corréus na mesma ação penal para também suspendê-la em relação a eles (documento eletrônico 76).

Em nova manifestação, a Procuradoria-Geral da República relatou o falecimento do ora paciente e requereu, por consequência, a extinção do presente *habeas corpus*, sem julgamento de mérito (documento eletrônico 96).

Sobre essa questão, entendi que, apesar de a impetração ter sido inicialmente formulada apenas em favor de Marcelo Gomes de Oliveira, houve pedido de ingresso dos demais corréus, o qual foi deferido. Por essa razão, declarei extinto o *habeas corpus* tão somente em relação àquele primeiro paciente, mas determinei a reautuação dos autos para que constasse como impetrante e pacientes as pessoas referidas na Petição 10.228/2017-STF (documento eletrônico 100).

Posteriormente, analisando conjuntamente o pedido de restituição de bens formulado pela defesa e a manifestação Ministerial para que fosse autorizada a alienação dos bens com

**HC 140311 AGR / GO**

data já designada no Juízo de origem, entendi que, diante do falecimento do acusado Marcelo Gomes de Oliveira, com a consequente extinção da ação penal em relação a ele, não seria possível subsistir qualquer restrição de bens que estivessem em seu nome e, por conseguinte, deveriam ser liberados em favor de seu espólio (documento eletrônico 107).

O Magistrado Federal de primeira instância, em cumprimento a essa determinação, acusou que procedeu à liberação dos bens imóveis que estavam registrados exclusivamente em nome do *de cujus*, colocando-os à disposição do Juízo da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Goiânia (documento eletrônico 113).

José João Batista Tinoco Resende e Elizabeth Batista Resende (Petição 40.410/2017-STF), terceiros interessados, postulam a extensão dos efeitos da liminar deferida nestes autos, a fim de que 'sejam retiradas quaisquer restrições judiciais (perdimento do bem para união) que parem sobre a Empresa: POSTO COMBUSTÃO PRIME LTDA., situado na Faixa de domínio da Rodovia Estadual GO-070, no perímetro Urbano do município de Goiânia, Km 8,1, sentido Goianira', que consta dos Processos 0004250-62.2015.4.01.3500, 0019813-96.2015.4.01.3500 e 0021418-77.2015.4.01.3500 (documento eletrônico 114).

Joaquim Viana Costa, igualmente, por intermédio de advogado constituído (Petição 48.049/2017-STF), requer a extensão daquela mesma decisão, para que seja revogado 'o mandado de prisão expedido em [seu] desfavor, nos autos 4309-15.2014.4.01.3500.0001, que ensejou a instauração dos autos nº 0042029-51.2015.4.01.3500, tendo em vista que se trata de autos desmembrados em relação aos demais corréus, porém em trâmite no mesmo juízo, ou seja, juízo incompetente', com sobrestamento daquela ação penal (documento eletrônico 132).

Mediante a Petição 71.592/2017-STF, o espólio de Marcelo Gomes de Oliveira, por sua inventariante, solicita que

'[...] seja determinado ao juízo de origem que cumpra o que já foi decidindo anteriormente por esta Corte com

**HC 140311 AGR / GO**

relação a liberação dos bens de propriedade de (JOSE) MARCELO GOMES DE OLIVEIRA na Ação Penal nº 4250-62.2015.4.01.3500, descritos entre os itens da sentença (P.1 ao P.41), com a retirada de todo e qualquer gravame judicial no registros dos imóveis proveniente desta Ação Penal e o levantamento do SEQUESTRO efetuado através do Incidente nº 19813-96.2015.4.01.3500, requer ainda a devolução a inventariante de todos os bens apreendidos em sua residência no dia da prisão, conforme descritos no termo de apreensão e ora relacionados ao final' (pág. 5 do documento eletrônico 144).

Determinei, então, que fosse oficiado ao Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás para que esclarecesse os pontos divergentes entre os motivos que justificaram a liberação parcial de bens e os que foram apontados pelo espólio no referido peticionamento (documento eletrônico 148). Aquele juízo prestou informações por meio do Ofício 66/2017 – GAJUS (documento eletrônico 150).

É o relatório necessário. Decido.

Bem reexaminados os autos, tenho que é o caso de prejudicialidade do pedido.

À luz do art. 109, V, da Constituição da República, o art. 70 da Lei 11.343/2006 dispõe que o processo e julgamento do crime de tráfico transnacional de drogas, assim considerado quando demonstrado o intuito de transferência da substância envolvendo mais de um país, é da competência da Justiça Federal. Nessa perspectiva, constatado o caráter transnacional do delito, estabelecido a partir das informações colhidas na fase policial e, posteriormente, confirmado pelo juízo natural por intermédio de provas produzidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, não há que falar, pelo menos do exame que se é possível fazer dos autos, em juízo flagrantemente incompetente.

Com efeito, embora inicialmente tenha me sensibilizado com as preocupações reveladas pelo impetrante na petição inicial, após uma análise mais minudente, verifico que os



**HC 140311 AGR / GO**

fundamentos destacados pelo Magistrado de primeira instância para afastar, na sentença, a preliminar de incompetência da Justiça Federal, alinham-se à jurisprudência desta Suprema Corte. Eis o registro feito na sentença condenatória:

‘Na espécie, há indícios (CPP, Art. 239) da origem estrangeira do entorpecente. A substância entorpecente em causa, a cocaína, não é produzida no Brasil. Nos termos da Denúncia, a atuação dos Acusados envolveu, no período de 23 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, o transporte, para o Estado de Goiás, de 9.825 quilos (quase 10 toneladas) de cocaína e de pasta-base de cocaína (Vol. 1, fl. 5.) Em 16 de fevereiro de 2014, os Acusados Erly e Vando foram presos em flagrante transportando 440 quilos de cocaína (Vol. 1, fl. 5.) Em 8 de maio de 2014 foram apreendidos 100 quilos de pasta-base de cocaína em poder do Acusado Wender e mais 202 quilos de cocaína em poder do Acusado Carlos (Vol. 1, fl. 6.) A quantidade de cocaína objeto de tráfico, ao longo da investigação, pela sua magnitude, constitui indício da origem estrangeira. A quantidade de entorpecente apreendido e a presença de outras circunstâncias de fato são suficientes para demonstrar o caráter transnacional do tráfico de drogas (STJ, CC 128.630/SC, Rei. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, julgado em 25/09/2013, DJe 01/10/2013. Caso envolvendo a apreensão de 500 quilos de cocaína e de 8 quilos de maconha) **Na espécie, a grande quantidade de entorpecente apreendida, o fato de se tratar de pasta-base de cocaína, bem como a circunstância de os Réus Erly e Vando terem reconhecido que a caminhonete foi carregada de pasta-base de cocaína na cidade de Cáceres, MT, cidade próxima da Bolívia, notório país produtor, são elementos que, vistos em conjunto, permitem concluir, para fins de determinação da competência, que a origem do entorpecente é estrangeira.**

Ademais, a obtenção, o acondicionamento e o

**HC 140311 AGR / GO**

**transporte de quantidades expressivas de cocaína e de pasta-base de cocaína até o Estado de Goiás, e, depois, ao Distrito Federal, implicam a necessidade de planejamento, execução coordenada e controle com certa especialização. '[A] quantidade da droga' e 'o modo como foi transportada' são indicativos da transnacionalidade do delito (TRF 1ª Região, ACR 2513-32.2008.4.01.3900/PA, Rel. Desembargador Federal TOURINHO NETO, Terceira Turma, e-DJF1, p. 63 de 31/01/2013). A especialização necessária para a prática de tráfico nessa extensão, em princípio, somente existe em organizações criminosas que contam com suporte operacional nos países produtores de pasta-base de cocaína, dentre eles, a Bolívia e a Colômbia e Peru. Consequentemente, é lícita a inferência de que a operacionalização do manuseio e do transporte das expressivas quantidades de cocaína apreendidas são fortes indicativos de que os investigados mantinham contato, no exterior, com organização criminosa dedicada ao tráfico de drogas. Nessa direção, o TRF 1ª Região tem entendido que '[a] internacionalidade não é caracterizada, apenas, pela comprovação de que o autor tenha promovido a entrada e/ou saída física do entorpecente no território nacional, mas pela extensão do tráfico, na sua prática e nos seus efeitos, a mais de um país. A unidade de cooperação internacional entre os agentes do crime também caracteriza a internacionalidade do tráfico.'** (TRF 1ª Região, ACR 2006.32.01.000074-0/AM, Rel. Juíza Federal MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA (Conv.), Terceira Turma, DJ de 20/10/2006, p. 23). Também o STJ já decidiu que '[a] incidência da causa de aumento de pena da internacionalização do tráfico não exige a presença de agentes brasileiros e estrangeiros, ou que exista um conluio internacional. Imprescindível, para a caracterização da majorante, é que a operação realizada introduza substâncias entorpecentes no território nacional

**HC 140311 AGR / GO**

ou a busca de sua difusão para o exterior.’ (STJ, REsp 593297/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 09.03.2004, DJ 05.04.2004, p. 321).

Expressivas quantidades de entorpecente, em especial pasta-base de cocaína, em geral, são adquiridas nos países produtores. A aquisição do entorpecente no exterior induz à competência da Justiça Federal em virtude do caráter transnacional do delito (STJ, CC 28.685/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, Terceira Seção, julgado em 22.08.2001, DJ 15.10.2001, p. 230). Nos termos do art. 2º, inciso III, alínea *b*, da Lei 9.613, ‘[o] processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei [...] são da competência da Justiça Federal [...] quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal’.

Assim sendo, **não há como afastar a competência da Justiça Federal para processar e julgar a eventual ação penal decorrente da investigação relativa ao crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.** (CF, Art. 109, incisos IV e V; Lei 11.343, Art. 70; Lei 9.613, Art. 2º, inciso III, alínea *b*).

A prática, em tese, pelos Acusados, dos crimes de tráfico de entorpecentes e de associação para o tráfico está inextricavelmente interligada com a origem dos recursos objeto do suposto delito de lavagem de dinheiro.

**Assim sendo, há conexão entre o delito de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores e os crimes de tráfico e de associação para o tráfico objeto desta ação penal.**

Nos termos do Ar. 76, inciso II, do CPP, ‘[a] competência será determinada pela conexão’ ‘se houverem sido umas [infrações] praticadas [...] para conseguir [...] vantagem em relação a qualquer delas’. É indubitável que o crime de lavagem de dinheiro foi, em tese, praticado para assegurar a vantagem resultante dos bens, direitos e valores amealhados com a prática dos crimes de tráfico de entorpecentes e de associação para o tráfico. Este Juízo foi

**HC 140311 AGR / GO**

especializado no julgamento dos delitos contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores. (TRF 1ª Região, Resolução 600-21/2003). Portanto, este Juízo exerce, no âmbito da Seção Judiciária do Estado de Goiás, jurisdição especial em relação aos demais Juízos Federais no que concerne às matérias previstas na Resolução 600-21/2003. Diante da conexão, justifica-se a apreciação de todas essas causas perante este Juízo. Nesse sentido, o Art. 78, inciso IV, do CPP é expresso ao determinar que, 'no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta'.

[...]

**Aqui, ao contrário, há investigação em andamento sobre a prática do delito de lavagem de dinheiro e ainda não houve manifestação de mérito sobre a pertinência, ou não, dela. A competência deste Juízo, definida na Resolução 600-21/2003, abrange não apenas o processo e o julgamento, mas, também, a supervisão da investigação sobre os crimes contra o SFN e de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores. Se a investigação está em curso, é evidente que persiste a competência deste Juízo para processar e julgar os delitos antecedentes, conexos com o crime de lavagem de dinheiro.**

[...]

No ponto, cumpre notar que o fato de as provas produzidas durante a investigação o terem sido sob a supervisão do Juízo Estadual não acarreta a nulidade respectiva, dado que, diante dos fatos até aquele momento conhecidos, tratava-se, em princípio, de tráfico interno de drogas. **Naquele contexto, o Juízo Estadual era o aparentemente competente. Nesse sentido, o STF, em mais de uma oportunidade, já reconheceu a legitimidade das provas produzidas pelo Juízo Estadual ou Federal, aparentemente competente. 'Se se cuida de obter a autorização para a interceptação telefônica no curso de**

**HC 140311 AGR / GO**

processo penal, não suscita dúvidas a regra de competência do art. 10 da L. 9296/96: só ao juiz da ação penal condenatória - e que dirige toda a instrução -, caberá deferir a medida cautelar incidente. Quando, no entanto, a interceptação telefônica constituir medida cautelar preventiva, ainda no curso das investigações criminais, a mesma norma de competência há de ser entendida e aplicada com temperamentos, para não resultar em absurdos patentes: aí, o ponto de partida à determinação da competência para a ordem judicial de interceptação - não podendo ser o fato imputado, que só a denúncia, eventual e futura, precisará -, haverá de ser o fato suspeitado, objeto dos procedimentos investigatórios em curso. Não induz à ilicitude da prova resultante da interceptação telefônica que a autorização provenha de Juiz Federal - aparentemente competente, à vista do objeto das investigações policiais em curso, ao tempo da decisão - que, posteriormente, se haja declarado incompetente, à vista do andamento delas' (STF, HC 81260, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 14/11/2001, DJ 19-04-2002 P. 48). 'O STF já decidiu que não há nulidade em medida cautelar autorizada por Juiz Estadual, que posteriormente declina a competência para Justiça Federal, quando evidenciado que na primeira fase das investigações não havia elementos de informação plausíveis no sentido de afirmar a transnacionalidade do tráfico de drogas, que somente ficou demonstrado com o avanço das diligências' (STF, RHC 113721, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 03/03/2015, DJe-085 08-05-2015.) Em idêntica direção: STF, HC 110496, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 09/04/2013, DJe-238 04-12-2013; STJ, APN 536, Rel. Min. ELIANA CALMON, Corte Especial, DJE 04/04/2013; REsp 1355432/SP, Rel. Min. JORGE MUSSI, Rel. p/ Acórdão Min. MARCO AURÉLIO

**HC 140311 AGR / GO**

**BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 21/08/2014, DJe 04/09/2014.**

[...]

Em consonância com a fundamentação acima, rejeito a preliminar de incompetência deste Juízo' (págs. 15-20 do documento eletrônico 3; grifei).

Vê-se, portanto, que a competência da Justiça Federal foi justificada por elementos indiciários mínimos, colhidos durante a fase inquisitorial e nos procedimentos cautelares de produção de provas, com respaldo da jurisprudência consagrada dos Tribunais Superiores, antes referida, em especial desta Suprema Corte. É de anotar-se que, atualmente, a matéria encontra-se submetida ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em recurso de apelação então interposta pelo paciente (falecido) e pelos demais condenados, Corte que possui plenas condições de avaliá-la a partir do que consta dos autos daquela ação penal e consideradas as especiais circunstâncias envolvidas.

Nesse contexto, qualquer conclusão desta Suprema Corte em sentido contrário ao pronunciamento do Juízo de primeiro grau demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é inviável na via estreita do *habeas corpus* (HC 94.730/MS, Rel. Min. Teori Zavascki; RHC 112.583/CE, Rel. Min. Luiz Fux; entre outros).

Entendo, ademais, que, com o falecimento de Marcelo Gomes de Oliveira, paciente originário, a impetração perdeu objeto, mormente porque as questões que agora remanescem dizem respeito somente aos corréus naquela ação penal, atualmente em fase de apelação, e é naquele processo que elas deverão ser resolvidas. A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que 'a superveniente modificação do quadro processual, resultante de inovação do estado de fato ou de direito ocorrida posteriormente à impetração do 'habeas corpus', faz instaurar situação configuradora de prejudicialidade (RTJ 141/502), justificando-se, em consequência, a extinção anômala do processo' (HC 83.799-AgR/CE, Rel. Min. Celso de Mello).

**HC 140311 AGR / GO**

O Magistrado de primeira instância relata, outrossim, que tramitam naquele juízo outras duas ações penais por suposta prática de crimes igualmente relacionados ao tráfico internacional de drogas, como, por exemplo, a lavagem de dinheiro, de modo que todos os demais questionamentos apresentados no presente *habeas corpus* por meio de pedidos de extensão deverão ser dirimidos na via processual adequada, perante o juízo competente.

No ponto, é de registrar que todos os processos que estão relacionados a esta impetração encontram-se paralisados por força de liminar deferida nestes autos, e de sua extensão, a qual, repito, tornou-se desprovida de razão jurídica para sua subsistência, devendo, por isso mesmo, ser afastada do mundo jurídico.

Evidentemente que qualquer restrição indevida ao direito de locomoção imposta aos demais corréus poderá ser atacada mediante formulação própria perante o juízo competente, nos exatos limites de competência previstos em nossa Constituição Federal. Seria impróprio, portanto, qualquer pronunciamento antecipado desta Suprema Corte sobre as questões veiculadas por meio dos pedidos de extensão, especialmente porque as matérias são de alta indagação e sobre elas deverão as instâncias ordinárias pronunciarem-se definitivamente.

Também os pedidos que não estejam relacionados ao direito de ir e vir, tais como desbloqueio de bens sequestrados em razão de ações penais em trâmite nas instâncias ordinárias, deverão ser dirigidos diretamente ao juízo natural da causa, por meio dos instrumentos próprios e adequados, cabendo destacar, a propósito, que a jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no sentido de não ser o *habeas corpus* meio hábil para discutir questões alheias à liberdade de locomoção. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes de ambas as Turmas desta Corte:

‘*HABEAS CORPUS – ADEQUAÇÃO – SEQUESTRO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E BLOQUEIO DE VALORES – INEXISTÊNCIA. O habeas corpus não é o meio*

HC 140311 AGR / GO

adequado para impugnar ato alusivo a sequestro de bens móveis e imóveis bem como a bloqueio de valores' (HC 100.889/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio).

'CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*: CABIMENTO. C.F., art. 5º, LXVIII. I. - O *habeas corpus* visa a proteger a liberdade de locomoção - liberdade de ir, vir e ficar - por ilegalidade ou abuso de poder, não podendo ser utilizado para proteção de direitos outros. C.F., art. 5º, LXVIII. II. - H.C. indeferido, liminarmente. Agravo não provido' (HC 82.880-Agr/SP, Rel. Min. Carlos Velloso).

'*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. QUESTÕES ALHEIAS À PRIVAÇÃO DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE, CONTRANGIMENTO ILEGAL OU ABUSO DE PODER. ORDEM DENEGADA. I – A via estreita do *habeas corpus* não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso para discutir questões alheias à liberdade de locomoção, tais como tempestividade recursal. Precedentes. [...]. III – Ordem denegada' (HC 118.915/RJ, de minha relatoria).

'*HABEAS CORPUS*. AFASTAMENTO CAUTELAR DO CARGO. AUSÊNCIA DE ATO LIMITATIVO AO DIREITO DE LOCOMOÇÃO. 1. Não é cabível a ação de *habeas corpus*, cuja finalidade precípua e única é a tutela da liberdade individual (CF, art. 5º, LXVIII), para questionar o afastamento cautelar do exercício de cargo público lastreado no art. 29 da LOMAN. 2. *Habeas corpus* não conhecido' (HC 126.366/ES, Rel. Min. Marco Aurélio).

Com essas considerações, julgo prejudicado o pedido de *habeas corpus* (art. 21, IX, do RISTF).

Por consequência, casso a extensão, aos corréus, dos efeitos da liminar inicialmente deferida a Marcelo Gomes de Oliveira (falecido), assim como a decisão que determinou a reautuação do *habeas corpus* para que constasse como impetrante e pacientes as pessoas referidas na Petição



**HC 140311 AGR / GO**

10.228/2017-STF, tudo para que as Ações Penais 0004250-62.2015.4.01.3500 (apelação), 0031718-98.2015.4.01.3500, 0000553-33.2015.4.01.3500 e 0000662-47.2015.4.01.3500, então suspensas por força daquelas decisões (documentos eletrônicos 76 e 100), tenham regular processamento, bem como sejam restabelecidos os efeitos dos mandados de prisão que estejam relacionados a elas.

Julgo igualmente prejudicados os requerimentos formulados por José João Batista Tinoco Resende e Elizabeth Batista Resende (Petição 40.410/2017-STF) e Joaquim Viana Costa (Petição 48.049/2017-STF), que deverão ser comunicados nas pessoas de seus patronos constituídos” (documento eletrônico 166).

Neste recurso, os agravantes alegam, inicialmente, que, “a despeito da alegação de que os Agravantes ostentam situação diversa daquela apresentada por Marcelo Gomes de Oliveira, Paciente originário, na petição em que se pleiteou a extensão do benefício restou claramente demonstrado que os Agravantes estavam em situação IDÊNTICA na qualidade de corréus, foram presos na mesma oportunidade, processados e condenados da mesma forma e pelos mesmos argumentos nas ações penais” (pág. 5 do documento eletrônico 173).

Argumentam, nesse contexto, que “as razões que ensejaram o deferimento do pedido de extensão ainda persistem, não havendo que se falar em *modificação do quadro processual apta a instaurar situação configuradora de prejudicialidade e a conseqüente extinção anômala do processo*” (pág. 8 do documento eletrônico 173).

Requerem, ao final, o “provimento do presente agravo regimental, de modo que seja reformada a decisão que julgou prejudicado o pedido de *Habeas Corpus*, [...] a fim de que seja retomado o trâmite do presente *writ*, com a conseqüente suspensão dos Processos nº 4250-62.2015.4.01.3500, 31718-98.2015.4.01.3500, 0000553- 33.2015.4.01.3500 e 662- 47.2015.4.01.3500, bem como dos mandados de prisão expedidos em

**HC 140311 AGR / GO**

desfavor dos pacientes, ora Agravantes, relativamente a tais feitos, até o julgamento final deste *habeas corpus*” (págs. 8-9 do documento eletrônico 173).

É o relatório.

07/12/2018

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 140.311 GOIÁS

VOTO

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Bem reexaminados os autos, tenho que a decisão ora atacada não merece reforma ou qualquer correção, pois os seus fundamentos harmonizam-se estritamente com a jurisprudência desta Suprema Corte que orienta a matéria em questão.

Na espécie, reafirmo que o caso é de prejudicialidade do *habeas corpus*.

Com efeito, ainda que num primeiro momento tenha estendido aos agravantes a liminar deferida em favor do paciente originário (Marcelo Gomes de Oliveira), com o falecimento dele, a impetração perdeu objeto e, conseqüentemente, as questões que agora remanescem dizem respeito somente àqueles corréus. Assim, é na ação penal originária que as matérias deverão ser resolvidas, as quais, atualmente, encontram-se submetidas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de apelação.

É de se reiterar, portanto, que a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que “a superveniente modificação do quadro processual, resultante de inovação do estado de fato ou de direito ocorrida posteriormente à impetração do ‘habeas corpus’, faz instaurar situação configuradora de prejudicialidade (RTJ 141/502), justificando-se, em consequência, a extinção anômala do processo” (HC 83.799-AgR/CE, Rel. Min. Celso de Mello).

Daí por que ressaltei que todos os processos que estão relacionados a esta impetração encontram-se paralisados por força de liminar deferida nestes autos, e de sua extensão, a qual, repito, tornou-se desprovida de

**HC 140311 AGR / GO**

razão jurídica para sua subsistência, devendo, por isso mesmo, ser afastada do mundo jurídico.

Em momento algum, na decisão agravada, foi dito que as semelhanças processuais existentes entre os corréus desapareceram. O que cessou foi o motivo que deu ensejo ao deferimento da liminar concedida ao paciente Marcelo Gomes de Oliveira, em razão do seu falecimento, e nada justifica que os questionamentos suscitados pelos corréus, de forma incidental, por meio de pedido de extensão, sejam analisados *per saltum* por este Supremo Tribunal.

Conforme acentuei na oportunidade, qualquer restrição indevida ao direito de locomoção imposta aos demais corréus, ora agravantes, poderá ser atacada mediante formulação própria perante o juízo competente, nos exatos limites de competência previstos em nossa Constituição Federal.

Seria impróprio, portanto, qualquer pronunciamento antecipado desta Suprema Corte sobre as questões veiculadas por meio dos pedidos de extensão, especialmente porque as matérias são de alta indagação e sobre elas deverão as instâncias ordinárias pronunciarem-se definitivamente.

Isso posto, nego provimento a este agravo regimental.

É como voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO HABEAS CORPUS 140.311**

PROCED. : GOIÁS

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

AGTE.(S) : JOSE CARLOS MOREIRA DA CUNHA

AGTE.(S) : WENDER CAMBRAIA DE SOUZA

AGTE.(S) : VANDO CELIO PEREIRA DOS SANTOS

ADV.(A/S) : EMERSON THADEU VITA FERREIRA (28410/GO)

AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INTDO.(A/S) : ERLY DE REZENDE

ADV.(A/S) : CAROLINA SANTOS MATOS (44561/GO)

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Segunda Turma, Sessão Virtual de 30.11.2018 a 6.12.2018.

Composição: Ministros Ricardo Lewandowski (Presidente), Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Edson Fachin.

Marcelo Pimentel  
Secretário